

ESTUDO DO USO DOS VERBOS “COMPRAR” E “VENDER”

Lúcia Helena Peyroton da Rocha (UFES)

lhpr@terra.com.br

1. *Palavras iniciais*

Este estudo faz parte da pesquisa que estamos desenvolvendo em nível de pós-doutorado, na Universidade Federal de Minas Gerais, sob o título O estudo de verbos de posse em gêneros textuais. Neste artigo, objetivamos descrever, a partir do uso real da língua, os verbos de posse “comprar” e “vender” e seus argumentos. A relação de posse é estabelecida entre um indivíduo e um objeto que ele possui ou deseja possuir. Esse objeto é inanimado, salvo algumas exceções, como por exemplo, “comprar escravos”. Muitas vezes essa relação de posse liga-se a um sistema de convenções que estão baseadas nas noções jurídicas que regem essa relação (VILELA, 1992, p. 53). O *corpus* é constituído de textos de circulação social, selecionados tanto com ferramenta *online* quanto de forma manual. Como referencial teórico apresentamos os parâmetros de Transitividade (HOPPER; THOMPSON, 1980), a Gramática de Valências (BORBA, 1996), a noção de estrutura argumental (CROFT, 1991) e as proposições de Thompson e Hopper (2001). Segundo estes autores, as discussões a respeito da estrutura argumental não podem ficar limitadas a exemplos criados e descontextualizados, mas devem utilizar *corpora* da fala e da escrita diária.

2. *O verbo em foco*

O verbo vem ocupando espaço de destaque em pesquisas desenvolvidas por muitos estudiosos, em várias perspectivas teóricas. Tesnière (1969), Ignácio (1984), entre outros, defendem o verbo como o centro estruturador da oração, isto é, é a partir dele e não do sujeito que a oração se organiza. Assim o sujeito se coloca no mesmo nível de realização sintática do objeto, ou seja, configura-se igualmente como complemento do verbo.

Chafe (1979, p. 30) vê o universo conceptual humano dividido em duas grandes áreas: a do verbo e a do nome. A área do verbo é central e compreende estados (condições, qualidades) e eventos. Dentre as razões apontadas por Chafe (1979) para considerar o verbo central, uma está no

fato de que nas línguas naturais há sempre um verbo semanticamente presente nos enunciados, o que significa que a classe dos verbos é um universal linguístico, na medida em que está presente em todas as línguas conhecidas. A outra razão para a centralidade do verbo consiste no fato de que é a natureza semântica do verbo que determina como a oração deve ser formada: que nomes podem acompanhar o verbo, que relação sintática esses nomes mantêm com o verbo (*sujeito, objeto* etc.) e que papel semântico (agente, paciente etc.) esses nomes desempenham. Assim, como asseguram Furtado da Cunha e Souza (2007, p. 30), se o verbo representar uma ação, como em *O beija-flor voou*, o verbo exige que um nome o acompanhe, que esse nome estabeleça com ele uma relação de agente e que se refira a um ser animado. Esses critérios evidenciam que é o verbo que determina a presença e a natureza do nome, não o contrário.

Concordamos com Furtado da Cunha e Souza (2007), que advogam a partir da proposição de Chafe (1979) que

a oração é ou um verbo isolado, ou um verbo acompanhado por um ou mais nomes. Nesse sentido descrever orações é descrever também todos os tipos de verbo, pois esses constituem o centro semântico, o esquema proposicional da oração. Logo, o verbo é o ponto de partida da descrição da gramática de uma língua (FURTADO DA CUNHA; SOUZA, 2007, p. 31).

Seguindo orientação semelhante, Ilari e Basso (2008, p. 164), ao delinear as funções do verbo, asseguram que

pela significação que comporta como unidade lexical, todo verbo proporciona o que poderíamos chamar de “*molde*” ou “*matriz*” para a construção de sentenças. Ao evocarmos a ideia de matriz, queremos aqui ressaltar o fato de que, preenchendo adequadamente certos espaços que são previsíveis a partir do verbo, chegamos a sentenças completas, que caracterizam conceitualmente certos “estados de coisas”, possivelmente reais. Assim, em condições “normais”, o verbo *amar* estabelece uma relação entre *dois* seres humanos, uma que ama e outro que é amado. Ao associarmos à forma *amou* os nomes *Peri* e *Ceci*, nessa ordem, chegamos à sentença *Peri amou Ceci*, que no universo criado pelo romancista José de Alencar, descreve um estado de coisas verdadeiro. À diferença de *amar*, *dormir* é uma matriz que comporta apenas um espaço: para preenchê-lo é necessário apenas um ser: *Ceci dorme* vale pela expressão completa de um estado de coisas (ILARI; BASSO, 2008, p. 164).

É nessa mesma linha que se movem as nossas reflexões em torno do uso do verbo “comprar” e “vender”, como mostraremos mais adiante.

3. A transitividade em discussão

Estudar os verbos a partir de seu uso efetivo instaura a necessidade de abordarmos a noção de transitividade. Não é de hoje que a transitividade vem ocupando o centro de discussões acadêmicas, sob diferentes vieses teóricos, capitaneados tanto por aqueles que estão afiliados a correntes formalistas quanto aos que se integram à vertente funcionalista.

Não obstante a isso, a transitividade é, indubitavelmente, uma “pedra no sapato” de muitos professores que, por vezes, se veem diante da divergência classificatória de certos verbos quanto à predicação. Só para citar um exemplo, apresentaremos o verbo “morar” e seu registro em gramáticas e dicionários de língua portuguesa. Said Ali (1964), Cunha e Cintra (1985) consideram o verbo “morar” intransitivo, já para Aurélio (1986) e Rocha Lima (1998) é verbo transitivo circunstancial, Houaiss (2001), por sua vez, o concebe como verbo transitivo indireto. Enquanto para Kury (1996), o verbo “morar” é transitivo circunstancial de lugar, para Luft (1996), trata-se de verbo predicativo locativo. Essa dissonância classificatória que envolve os verbos em geral fez-nos pensar em desenvolver estudos sobre várias subcategorias de verbos. E é exatamente esse trabalho que ultimamente temos desenvolvido no Núcleo de Pesquisas de Linguagens, registrado na Universidade Federal do Espírito Santo, desde 2006, com vistas a agregar pesquisadores em nível de graduação, alunos com o TCC, alunos de iniciação científica e alunos de mestrado do Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos.

A noção de transitividade adotada pela nomenclatura gramatical brasileira (1959) e seus seguidores repousa sobre a orientação latina em que *transire* significa “ir além”, ou seja, passa da ativa para a passiva, como se vê em *Ana comprou a gramática* (ativa) > *A gramática foi comprada por Ana* (passiva).

No estruturalismo, pouca atenção foi dada ao fenômeno da transitividade, exceto para rejeitar a interpretação da gramática tradicional e, em geral, qualquer tipo de interpretação semântica. Cano Aguilar (1980) destacou algumas exceções, dentre elas, encontram-se trabalhos de Blinkenberg, algumas considerações teóricas de Bally e de Tesnière.

Para muitos linguistas, a divisão em verbos transitivos e intransitivos não se justifica. Alarcos, citado por Cano Aguilar (1981, p. 21), assegura que não há diferença gramatical entre verbos transitivos e intransitivos, há apenas diferentes estruturas de predicado: simples (intransitivo) ou complexa (transitivo). É de Alarcos também a proposição de que o

“circunstancial (ou adjuntos) não são elementos integrantes do predicado, mas complementos de toda a oração.

Segundo Cano Aguilar (1981, p. 22), Blinkenberg entende que a “ideia de transitividade supõem assim uma organização da cadeia falada em grupos de palavras que se terminam reciprocamente”. A transitividade é, pois, uma relação sintática que supõe uma função semântica entre dois, ou mais elementos da frase: esta função se manifesta por características formais, mas, como observou Blinkenberg, sem paralelismo completo entre forma e função transitiva.

A transitividade se opõe à relação de *circunstância*, visto que a *circunstância* deve ser excluída dos determinantes do verbo, pois complementa a oração inteira, e não apenas o predicado, por isso, a sua colocação na frase geralmente é inteiramente livre.

A transitividade supõe, pois, uma coesão do tipo médio estabelecida através da *sintaxe da recção*. Blinkenberg parte da ideia, dada por Breal e Meillet de que no indo-europeu as palavras eram funcionalmente independentes. Mais tarde, a significação de flexões casuais, neste caso o acusativo, passou ao verbo com o qual o acusativo se gramaticalizou permanecendo apenas como uma marca da relação entre verbo e substantivo. Algo semelhante acontece hoje, quando a transitividade é estabelecida por meio de uma preposição. O caso, a preposição, ou uma suposta preposição “zero” manifestariam formalmente esta relação em que consiste a transitividade. Mas não se vê muito bem que ‘concordância’ há entre um verbo transitivo e seu objeto. Em línguas com flexão de caso no nome poderia dizer que o verbo contém um elemento abstrato de valor, por exemplo, acusativo, com o qual concordaria seu substantivo complemento: em *amat patrem* (ama seu pai), a presença do elemento ‘acusativo’ no verbo (que o determina como transitivo) exigiria esse mesmo traço no complemento. Mas nas línguas sem flexão de caso não está tão claro. Fala-se às vezes de uma preposição zero que introduz os ‘objetos diretos’: neste caso o verbo conteria um elemento ‘preposicional’ com o qual concordaria seu complemento. Para Cano Aguilar (1981, p. 23), essa solução parece muito rebuscada e nada satisfatória.

Cano Aguilar (1981, p. 24-25) propõe a distinção de três níveis de análise para a relação verbo-objeto:

- A) nível das *categorias léxicas* (*nome ou verbo*), como tais categorias, verbo e nome podem depender um do outro ou não: é uma *constelação* ou dependência facultativa. Assim se justifica o que

Blinkenberg chama bivalência funcional: possibilidade de os verbos serem transitivos ou não; e se evitam os inconvenientes de postular subcategorias (transitivos / intransitivos) dentro da categoria *verbo*.

- B) Nível *funcional ou sintático*, verbo e nome – enquanto membros que constituem as orações – desempenham nas estruturas transitivas dois papéis: verbo transitivo e objeto), que se condicionam mutuamente, são interdependentes.
- C) Nível *semântico*, há uma relação de *determinação* significativa do objeto com relação ao verbo, já que o delimita em seu significado. O verbo, nestas estruturas, aparece semanticamente como ‘incompleto’: exige a presença de um objeto que ‘complete’ seu significado (daí os nomes de *complemento* ou *determinante*).

As discussões até agora apresentadas ratificam o caráter complexo que envolve o fenômeno da transitividade. Estabelecer critérios claros para delimitar a transitividade tem sido um grande desafio. Em geral, dois critérios são utilizados: (i) a conversão para a passiva (*Eu comprei o carro > O carro foi comprado por mim*) e (ii) a substituição do suposto objeto por uma forma pronominal (*Eu comprei o carro > Eu o comprei*). No entanto, ambos os critérios não se superpõem: ‘ter’ em *Eu tenho o livro* pode substituir-se pelo pronome *o*, como se vê em: *Eu o tenho*, mas não aceita a conversão para a passiva: **O livro é tido por mim*.

A esses critérios, um outro pode ser adicionado: o da pergunta: *que e quem*. Exemplo: Pedro comeu a maçã. / O que Pedro comeu? a maçã, logo ‘a maçã’ é o objeto direto do verbo *comer*. Pedro namora Ana / Quem Pedro namora? *Ana*, logo *Ana* é objeto direto.

Tudo isso parece-nos mais um esforço didático do que um caminho claro para o reconhecimento do objeto direto, uma vez que o mecanismo da passiva que alguns estudiosos consideram bastante eficiente aplica-se também a verbos como *assistir* e *obedecer*, considerados transitivos indiretos. Os exemplos foram apresentados por Ignácio (2003, p. 50-51): (1) *O filme “Carlota Joaquina”, de Carla Camurati, ficou sete meses em cartaz e foi assistido por cerca de 100 mil pessoas. (Jornal Folha de S. Paulo)*; (2) *O tênis pode ser muito saudável, quando são obedecidas algumas regras elementares. (Jornal Folha de S. Paulo)*.

4. A gramática de valências

A valência verbal diz respeito às propriedades que o verbo possui e que se mostram em sua realização em uma oração. Essas propriedades são chamadas de argumentos. Borba (1996, p. 46-57) distingue três tipos de valência: valência quantitativa, valência sintática e valência semântica. A função básica da valência verbal é de observar e determinar o comportamento do verbo no âmbito da frase.

Borba (1996) concorda com o fato de que

as primeiras ideias sobre valência se devem a Tesnière, que é quem parte do verbo como núcleo oracional, tomando-o como uma espécie de polo imantado, capaz de atrair um número mais ou menos elevado (?) de actantes, comportando um número variável de pontos de atração capazes de manter esses actantes sob a sua dependência (BORBA, 1996, p. 19).

Ignácio (2002) convida-nos a lembrar que Tesnière

propôs uma nova nomenclatura para os constituintes da oração, chamando de ACTANTES os que, segundo ele, funcionam como *complementos* do verbo (sujeito, objeto direto e objeto indireto), e de CIRCUNSTANTES aos adjuntos adverbiais. Ao agente da passiva chamou de contrassujeito. Embora coloque o sujeito³⁶ no mesmo nível sintático do objeto, reconhece a sua predominância semântica, por isso o denomina de actante *de primeiro grau*, seguido do objeto direto (actante *de segundo grau*) e do objeto indireto (actante *de terceiro grau*) (IGNÁCIO, 2002, p. 110).

Assim, valência é a propriedade que tem uma classe de elementos, de poder ligar-se com classes específicas de outros elementos, sendo que esta mesma classe se distingue de outras de mesmo nível sintagmático. Isso amplia o sentido da expressão *gramática de valências* abrangendo também o regime dos nomes, dos adjetivos e de alguns advérbios.

A gramática de valências é uma gramática de dependências, que se baseia na relação estabelecida entre categorias de níveis diferentes, entre elementos básicos (= palavras) ou categorias básicas correspondentes aos elementos básicos que coocorrem num contexto.

Uma gramática de valências se constrói considerando que os itens léxicos da língua ora têm valor absoluto, como *caneta*, *gato* e são semanticamente autossuficientes, tendo necessidade de vinculação nula; ora

³⁶ Ignácio (2002, p. 115) nos alerta quanto ao que se segue: "Ainda que o sujeito se coloque ao mesmo nível dos demais complementos verbais, cumpre destacar a sua importância como *ponto de referência* na classificação semântica do verbo. É a partir das relações entre o verbo como predador e o sujeito como argumento de primeiro grau, que podemos identificar o verbo como sendo de AÇÃO, de PROCESSO e de ESTADO".

têm valor relativo, como *filho*, *saudade* e são semanticamente incompletos, necessitando, portanto, ligar-se a outros para que se realizem plenamente. Uma palavra como *caneta* vale por si mesma e tem um valor semântico específico; já uma palavra como *filho* implica outra que completa a expressão *filho de*. Por isso se diz que itens como *filho*, *pai*, *genro*, *vizinho* são semanticamente incompletos, por conter uma casa vazia destinada a ser preenchida por outro elemento.

Borba (1996) utiliza o termo valência em *três níveis*:

1º) Valência quantitativa, valência lógica ou lógico-semântica

– nível mais geral e abstrato e diz respeito ao número de argumentos que um predicado pode ter (ex.: $P(A)$; $P(A1, A2)$; $P(A1, A2, A3)$; $P(A1, A2, A3, A4)$). Desse ponto de vista um item lexical pode ser *avalente* ou *monovalente*, *divalente*, *trivalente* e *tetravalente*, como veremos, a seguir, os exemplos de valência verbal:

Predicados *avalentes* ou de *valência zero* ($V\emptyset$): são os verbos impessoais da gramática tradicional – que indicam fenômenos meteorológicos. Ex.: *Semana passada, choveu* torrencialmente em Vitória. *Choveu* muito em todo e Espírito Santo. Não *trovejou* em Vila Velha.

Predicados *monovalentes* ou de *valência um* (VI): verbos de um único lugar vazio (verbos intransitivos da gramática tradicional). Ex.: O *potrinho morreu*. Anderson *dormiu* na sala de aula. Ana Paula *gesticulou* muito.

Predicados *divalentes* ou de *valência dois* ($V2$): verbos de dois lugares vazios. Ex.: Cristiane *leu* o texto. Os alunos *resolveram* a questão. Nós *precisamos* de paz.

Predicados *trivalentes* ou de *valência três* ($V3$): verbos de três lugares vazios. Ex.: Ana *deu* a gramática para o colega. Mara *emprestou* o CD para Ana. José *concedeu* uma entrevista ao jornalista

É importante observar que há divergência entre muitos estudiosos com relação aos *verbos tetravalentes*, mas há linguistas que admitem a existência de verbos com quatro lugares vazios. *Exemplos*: Lúcia *traduziu* o texto do inglês para o português. O funcionário *transferiu* o arquivo da sala 10 para a sala 14. O policial *levou* o preso de Alegre para São Paulo. *Transfira* os negócios de sua empresa para o Banco do Brasil (Painel do Banco do Brasil, agência UFES).

2º) Valência qualitativa, valência sintática ou morfossintática

– trata das características dos actantes, do preenchimento das casas vazias por determinadas classes com determinadas propriedades morfológicas (ex.: predicado + A (= N); P + AI (= N) + A2 (= O); P + A (= *Sprep*), etc.) Este nível leva em conta a função sintática (S, C, Adt, Circ); de propriedade sintática (pronominalização, ordem, etc.), das classes que preenchem os argumentos (N, Adj, Adv, O etc.; das propriedades morfossintáticas dos itens que preenchem os argumentos (N, Prep + N; – Prep + N).

3º) Valência semântica

– é deduzida da observação das regularidades ou compatibilidades das unidades que operam nas seqüências. Diz respeito às características categoriais (traços que compõem cada uma das categorias: N+anim; + cont etc.); às funções temáticas (= papéis) como agente, causativo, beneficiário, experimentador, etc., e às restrições seletivas que determinam quais classes/ subclasses de itens que, como funcionando como P, coocorrem ou se excluem com tais classes/ subclasses de itens que, funcionando como P, coocorrem ou se excluem com tais classes/ subclasses de itens que, por sua vez, preenchem os argumentos (ex.: há um traço comum: [+*movimento*], que permite reunir, entre outros, verbos como *subir, descer, andar, ir, vir, entrar, sair, rodar*. O que os individualiza é a direção do movimento: *para cima (subir), para baixo (descer) para frente (andar), para um ponto (ir), de um ponto (vir), em torno do próprio eixo (rodar)*).

5. Funcionalismo

O funcionalismo, desenvolvido inicialmente na escola de Praga e na escola de Genebra, ganhou força com Jakobson e Martinet e acabou gerando focos de estudo na Europa: Halliday na Inglaterra e Dik na Holanda. Mesmo nos Estados Unidos, o pólo funcionalista esteve sempre presente com os trabalhos de Bolinger, Kuno, Del Himes, Labov e outros etno e sociolinguistas.

Modernamente, vemos, na linguística dos Estados Unidos, uma tendência de base cognitivo-funcional se desenvolver paralelamente às pesquisas em gramática gerativa. Essa linguística cognitivo-funcional caracteriza as investigações desenvolvidas, por representantes da linguística cognitiva, como Lakoff, Langacker, Fauconnier, entre outros, e da lin-

guística funcional, como Givón, Thompson, Chafe, apenas para citar alguns. Embora exista uma forte relação entre as duas propostas, privilegiaremos aqui o segundo grupo, ou seja, a chamada linguística funcional.

O funcionalismo linguístico concebe a língua não como um sistema autônomo, uma vez que noções como cognição e comunicação, interação social e cultura, entre outras, são importantes para o entendimento do sistema linguístico (GIVÓN, 1995). As análises linguísticas fundamentadas, nessa teoria, tratam os fenômenos linguísticos, adotando como postulado básico que *a língua é uma estrutura maleável, sujeita às pressões do uso e constituída de um código não totalmente arbitrário*.

Nos termos de Du Bois (1985), as gramáticas devem ser vistas como “*sistemas adaptáveis*, isto é, como sistemas parcialmente autônomos (por isso, sistemas) e parcialmente sensíveis a pressões externas (por isso, adaptáveis)”. O objetivo deste trabalho é analisar e descrever os verbos “comprar” e “vender”, no uso em diversos textos que circulam socialmente. Para dar conta dessa empreitada, seguimos também a orientação de Furtado da Cunha (2005, p. 5), que em seu estudo observou que a estrutura argumental – relação entre um predicado e seus argumentos – é uma noção gradiente, ou seja, se os verbos transitivos variam em relação é fixidez *versus* à frouxidão de sua estrutura argumental. A autora concluiu que a “estrutura argumental não é rígida, podendo se manifestar, no discurso, com diferentes configurações.” Isso constatamos nas ocorrências do verbo “vender” afixadas em vidros traseiros ou laterais dos carros, em forma de anúncio, assim configurados:

- (1) *Vendo e o número de telefone;*
- (2) *Vendo este carro e o número do telefone;*
- (3) *Vende-se e o número de telefone;*
- (4) *Vendo este Fox 1.6 plus – 2008/2009 – Flex – ar, direção, vidro elétrico – 9924-3583.*

Concordamos com a afirmação de Furtado da Cunha (2005), no que tange às

estratégias para o gerenciamento da informação no discurso governam parcialmente as escolhas linguísticas, como aquela entre objetos diretos explícitos ou zero. Em geral, a escolha do falante com relação à forma de codificação do objeto direto pode ser considerada como um indicador de custo cognitivo percebido em acessar um referente. Nesse sentido, o OD explícito demanda menos esforço mental, atenção e tempo de processamento para identificação do

seu referente, o que motivaria a sua predominância textual. (FURTADO DA CUNHA, 2005, p. 5).

5.1. A transitividade por Hopper e Thompson (1980)

Hopper e Thompson (1980) defendem que a transitividade refere-se à transferência de uma ação de um agente para um paciente e, por conseguinte, quanto mais efetiva for a transferência mais transitiva será a sentença. Os autores concebem a transitividade como sendo uma propriedade escalar, vista no contínuo, que fica condicionada por fatores sintáticos, semânticos e discursivos. Os autores apresentam dez parâmetros a partir dos quais a transitividade oscila entre a alta transitividade e a baixa transitividade. No quadro a seguir apresentamos esses parâmetros e, em seguida os explicamos.

Parâmetros	Transitividade alta	Transitividade baixa
Participantes	dois ou mais participantes A e O	um participante
polaridade da oração	afirmativa	Negativa
modalidade da oração	<i>Realis</i>	<i>Irrealis</i>
intencionalidade do sujeito	intencional	não intencional
agentividade do sujeito	Agentivo	não agentivo
cinese	Ação	não ação
aspecto do verbo	Perfectivo	não perfectivo
pontualidade do verbo	Pontual	não pontual
afetamento do objeto	Afetado	não afetado
indivuação do objeto	indivuído	não indivuído

Fonte: Hopper e Thompson (1980).

Segundo Hopper e Thompson (1980), cada parâmetro pode ser explicado assim:

- (1) uma ação só pode ser transferida se houver, pelo menos, dois participantes: A e O (*Lara abraçou João VS. Mara partiu*);
- (2) ações podem ser transferidas de um participante para outro, enquanto que estados, não (*Bruno empurrou Pedro VS. Leo admira Sara*);
- (3) uma ação vista de seu ponto final é mais efetivamente transferida para um paciente do que uma ação vista em desenvolvimento (*Eu comi o bolo VS. Eu estou comendo o bolo*);
- (4) ações realizadas sem nenhuma fase de transição óbvia entre o início e o fim tem um efeito marcadamente maior do que ações inerentemente contínuas (*Mara chutou a bola VS. Mara carregou a bola*);

- (5) quando A age intencionalmente, a ação se dá mais efetivamente do que quando não há uma intenção definida (*Leo escreveu seu nome na areia (intencional)* VS. *Leo esqueceu seu nome (não intencional)*);
- (6) a polaridade refere-se à distinção entre afirmação e negação, sendo a afirmação mais efetiva do que a negação (*Mere comeu o sanduíche* VS. *Mere não comeu o sanduíche*);
- (7) uma ação que não aconteceu, ou que é descrita como ocorrendo no plano irreal, é menos efetiva do que uma que ocorreu ou que corresponde a um evento no plano real (*Ana comprou um carro novo* VS. *Ana vai comprar um carro novo*);
- (8) participantes com maior potencial de agentividade podem transferir uma ação mais efetivamente do que participantes com potencial menor de agentividade (*Ana abriu a porta* VS. *O vento abriu a porta*);
- 9) a transferência de uma ação ocorre em maior grau se o paciente for totalmente afetado (*Ana bebeu o leite todo* VS. *Ana bebeu um pouco do leite*);
- (10) uma ação pode ser mais efetivamente transferida para um paciente individuado do que para um não individuado (*Ana ama seu namorado* VS *Ana ama sanduíche*. Hopper e Thompson (1980) apresentaram este último parâmetro nos traços a seguir:

INDIVIDUADO	NÃO INDIVIDUADO
Próprio	Comum
Humano, animado	Não animado
Concreto	Abstrato
Singular	Plural
Contável	Massivo
Referencial, definido	Não referencial

Fonte: Propriedades da individuação por Hopper e Thompson (1980)

5.2. Explicação dos parâmetros

- (A) **PARTICIPANTES:** só ocorre transferência se pelo menos dois participantes estiverem envolvidos.

- (B) **CINESE:** ações podem ser transferidas de um participante para outro; estados não podem. Assim algo acontece a Sally em *Eu abraçei Sally*, mas não em *eu gosto de Sally*.
- (C) **ASPECTO:** uma ação vista em seu término, isto é, uma ação télica, é transferida mais efetivamente a um paciente do que uma que não conta com tal término. Na oração télica *eu comi isto*, a atividade é vista como completa, e a transferência é realizada em sua totalidade; mas na atélica *eu estou comendo isto*, a transferência só é realizada parcialmente.
- (D) **PONTUALIDADE:** Ações realizadas sem fase de transitividade óbvia entre começo e fim têm um efeito mais marcado nos seus pacientes do que ações que são inerentemente *contínuas*; compare *kick* (chutar) (punctual) com *carry* (transportar) (não punctual).
- (E) **INTENCIONALIDADE:** O efeito no paciente é tipicamente mais aparente quando o A é apresentado como uma ação proposital; compare *eu escrevi seu nome* (intencional) com *eu esqueci seu nome* (não intencional).
- (F) **POLARIDADE:** Este é o parâmetro de afirmação/negação.
- (G) **MODO:** Refere-se à distinção entre ‘*realis*’ e ‘*irrealis*’ na codificação de eventos. Uma ação que não aconteceu, ou que é apresentada como acontecendo num mundo não real (contingente), tem uma eficácia menos óbvia do que uma ação cuja ocorrência corresponda diretamente a um evento real.
- (H) **AGENTIVIDADE:** é óbvio que os participantes com Agentividade alta podem realizar uma transferência de uma ação de uma forma que o de Agentividade baixa não pode. Assim a interpretação normal de *George me assustou* é um evento perceptível com consequências perceptíveis; mas em *A pintura me assustou* [a interpretação] poderia depender inteiramente de um estado interno.
- (I) **AFETAMENTO DO OBJETO:** o grau em que uma ação é transferida para um paciente é uma função de quão completamente esse paciente é AFETADO, assim, por exemplo, afetamento é mais afetivo em *I drank up the milk* (eu bebi o leite) do que em *I drank some of the milk* (eu bebi um pouco do leite).

- (J) **INDIVIDUAÇÃO DO OBJETO**: esse componente se refere tanto ao fato de o paciente ser distinto do agente quanto à distinção entre o paciente e o fundo em que ele se encontra.

6. *Análise do corpus*

Analisamos os verbos “comprar” e “vender” em vários textos, valendo-nos da Gramática de Valências e dos parâmetros de Hopper e Thompson (1980). Os verbos eleitos para análise podem ter as seguintes matrizes: *X (nome humano) comprar y (nome concreto) de Z (nome humano) por w (valor) e X (nome humano) vender Y (nome concreto) para Z (nome humano) por w (valor)*. Esses verbos são recorrentes em transações comerciais e preveem um sujeito (agente) que compre algo de alguém, por um determinado valor, no caso do verbo “comprar”, e um sujeito (agente), que venda algo para alguém, por um determinado valor, no caso do verbo “vender”.

6.1. Excertos com o verbo “comprar”

O verbo “comprar”, nos dois excertos abaixo, está empregado com o sentido de “adquirir a posse (de algo) por dinheiro (por certo preço).”

Livro – A Cabana – Americanas.com

www.americanas.com.br > ... > Romances Translate this page Gente, comprei este livro e não me arrependo sequer um segundo. Adorei a narrativa. A Cabana é um livro para ler inúmeras vezes, ou sugiro também...

Texto 1

Neste excerto, *comprar* está funcionando como verbo de ação-processo, uma vez que há um fazer por parte do um sujeito [+agente; +intencional; +controlador] e um acontecer em relação ao objeto [+concreto; +paciente]. Seleciona dois argumentos: um agente [eu = humano] e um paciente [este livro], é um verbo divalente ou de valência dois.

Quanto aos parâmetros de Hopper e Thompson (1980), há dois participantes envolvidos na ação de comprar: (eu e este livro). Há cinese. No que tange ao aspecto e a pontualidade, a ação de comprar é vista no

seu término, isto é, é uma ação télica. É pontual. O sujeito (Eu) é intencional. O excerto tem polaridade afirmativa. O modo é *realis* na codificação desse evento: comprar, uma vez que o sujeito comprou o livro A cabana. A agentividade é alta. Há afetamento do objeto. Do ponto de vista da individuação do objeto, podemos afirmar que é: [concreto; singular; contável; referencial], logo visto no contínuo está mais próximo do individuamento prototípico. A cláusula que envolve o verbo comprar é altamente transitiva.

Polícia (Ronda da Cidade)

26/8/2013 às 13h40 – Atualizado em 26/8/2013 às 13h40 Irmãos vão lanchar e acabam baleados após comprarem celular de usuário de

Texto 2

Do ponto de vista da gramática de valências, o verbo *comprar* está funcionando como ação-processo, uma vez que há um fazer por parte do um sujeito [+agente; +intencional; +controlador] e um acontecer em relação ao objeto [+concreto; +paciente]. Seleciona três argumentos: um agente [irmãos = humano], um paciente [celular], é o terceiro argumento, cujo papel temático é origem [ponto de origem do processo verbal], sendo assim, nessa ocorrência, *comprar* comporta-se como verbo de valência três.

Ao aplicarmos os parâmetros de Hopper e Thompson (1980), observamos que há mais de dois participantes envolvidos na ação de comprar: (irmão, celular e de usuário de drogas). Há cinese. No que tange ao aspecto e a pontualidade, a ação de comprar é vista no seu término, ou seja, é uma ação télica. É pontual. O sujeito (irmãos) é intencional. O excerto tem polaridade afirmativa. O modo é '*realis*' na codificação desse evento: comprar, uma vez que o sujeito comprou celular. A agentividade é alta. Há afetamento do objeto. Do ponto de vista da individuação do objeto, podemos afirmar que é: [concreto; singular; contável; referencial], por isso o objeto é visto no contínuo como mais próximo do individuado. A cláusula na qual o verbo *comprar* está inserido é altamente transitiva.

6.2. Excertos com o verbo “vender”

O verbo *vender*, nos dois excertos, está sendo usado no sentido de “ceder (por certo preço); trocar (por dinheiro ou outro valor).”

Em 2 horas, ex-modelo vendeu drogas para mais de 10 clientes na ...noticias.r7.com/.../em-2-horas-ex-modelo-vendeu-dro... Translate this page – Jun 26, 2012 – Na noite da última quinta-feira (21), horas antes de ser presa, a ex-modelo Adriana Perrone Valença Santos, de 39 anos, vendia drogas...

Texto 1

A análise, a partir da perspectiva valencial, evidencia que o verbo *vender* está funcionando como ação-processo, já que há um fazer por parte do um sujeito [+agente; +intencional; +controlador] e um acontecer em relação ao objeto [+concreto; +paciente]. Seleciona três argumentos: um agente [ex-modelo = humano], um paciente [drogas] e um receptivo ou destinatário (é aquele a quem se destina a ação verbal = mais de dez clientes). Nessa ocorrência, *vender* está funcionando como verbo de valência três.

A aplicação dos parâmetros de Hopper e Thompson (1980) permite-nos afirmar que: há mais de dois participantes envolvidos na ação de vender: (ex-modelo, drogas e mais de dez clientes). Há cinese. No que tange ao aspecto e a pontualidade, a ação de *vender* é vista no seu término, ou seja, é uma ação télica. É pontual. O sujeito (ex-modelo) é intencional. O excerto tem polaridade afirmativa. O modo é ‘*realis*’ na codificação do evento: vender, uma vez que o sujeito volitivo vendeu drogas. A agentividade é alta. Há afetamento do objeto. Do ponto de vista da individuação do objeto, podemos afirmar que é: [concreto; plural; massivo; não referencial], por isso o objeto é pouco individuado. Mesmo assim, a cláusula da qual o verbo *vender* faz parte apresenta-se com alta transitividade.

Grávida do Piauí consegue vender cabelos por R\$ 10 mil – Notícias ... noticias.uol.com.br/.../gravida-do-piaui-consegue-ven... Translate this page May 3, 2013 – ... Rosilene vendeu os cabelos para a loja especializada em apliques em ... Ela também ganhou o parto de Ana Bella, que deverá ocorrer na...

Texto 2

A análise empreendida à luz da gramática de valências nos permite afirmar que *vender* está funcionando como verbo de ação ação-processo, visto que há um fazer por parte do um sujeito [+agente; +intencional; +controlador] e um acontecer em relação ao objeto [+concreto; +paciente]. Seleciona três argumentos: um agente [grávida = humano], um paciente [cabelos] e um argumento, que é o destinatário (a loja especializada). Nessa ocorrência, *vender* está funcionando como verbo de valência três.

Os parâmetros de Hopper e Thompson (1980), ao serem aplicados, evidenciam que: há mais de dois participantes envolvidos na ação de vender: (grávida, cabelos e loja especializada). Há cinesa. No que tange ao aspecto e a pontualidade, a ação de *vender* é vista no seu término, ou seja, é uma ação télica. É pontual. O sujeito (grávida) é intencional. O excerto tem polaridade afirmativa. O modo é 'realis' na codificação do evento: vender, uma vez que o sujeito volitivo vendeu cabelos. A agentividade é alta. Há afetamento do objeto. Do ponto de vista da individuação do objeto, podemos afirmar que é: [concreto; plural; massivo; não referencial], por isso o objeto é pouco individuado. Ainda assim, a cláusula em que o verbo *vender* está inserido configura-se com alta transitividade.

7. *Considerações finais*

A transitividade, como já falamos anteriormente, é um fenômeno extremamente complexo, tanto para quem o ensina quanto para quem tenta assimilá-lo. Essa complexidade pode ser atribuída a orientações, por vezes, caóticas, no que tange à classificação dos verbos quanto à predicação.

O verbo *morar* ilustra bem essa dissonância classificatória que resulta de concepções divergentes de transitividade, de complemento e de adjunto. À título de ilustração, citaremos as classificações desse verbo consignadas em gramáticas e dicionários. É considerado verbo intransitivo para Said Ali (1969) e para Cunha e Cintra (1985); verbo transitivo adverbial, para Kury (1996); verbo transitivo predicativo locativo, para Luft (1996); verbo transitivo circunstancial, para Rocha Lima (1998); e dos dicionários pesquisados: verbo transitivo circunstancial, para Aurélio (1996) e verbo transitivo indireto, para Houaiss (2001).

Na tentativa de discutir o fenômeno e também trazer alguma luz sobre o assunto, valemo-nos da gramática de valências de Borba (1996) e

dentro da perspectiva funcionalista, adotamos os parâmetros de Hopper e Thompson de análise.

Ao lançarmos mão do que há de compatível entre as duas teorias eleitas para, a partir delas, empreendermos a análise, observamos que das várias ocorrências com os verbos *comprar* e *vender*, das quais elegemos dois exemplos de cada, há grande semelhança de comportamento sintático-semântico. Esses verbos selecionam sujeito (agente, intencional, controlador) da ação de *comprar* e *vender*, conforme atestam os quatro exemplos que evidenciam o comportamento desses verbos. Comportam-se como verbo de ação-processo e, do ponto de vista da valência quantitativa, ora apresenta-se com valência dois, ora com valência três. E, por fim, do ponto de vista da transitividade, à luz dos parâmetros de Hopper e Thompson, os excertos com os verbos em questão apresentaram-se com alta transitividade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Antônio Suárez. *Gramática mínima: para o domínio da língua padrão*. São Paulo: Ateliê, 2003.

AZEREDO, José Carlos de. *Fundamentos de gramática do português*. 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37 ed. rev. ampl. e atual. conforme o novo acordo ortográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BORBA, F. da S. *Uma gramática de valências para o português*. São Paulo: Ática, 1996.

_____. *Dicionário de usos do português do Brasil*. São Paulo: Ática, 2002.

CANO AGUILLAR, R. *Estructuras sintáticas transitivas en el español actual*. Madrid: Gredos, 1981.

CHAFE, Wallace L. *Significado e estrutura linguística*. Trad. Maria Helena de Moura Neves, Odette Gertrudes Luiza Altmann de Souza Campos e Sônia Veasey Rodrigues. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1979.

FURTADO DA CUNHA, Maria A. Estrutura argumental e valência: a relação gramatical objeto direto. *Gragoatá*, nº 21, p. 115 – 131, 2005.

FURTADO DA CUNHA, M. A.; OLIVEIRA, M. R. de; MARTELOT-TA, M. E. (Orgs.). *Linguística funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GIVÓN, T. *Syntax: an introduction*. Amsterdam (Philadelphia): John Benjamins Publishing Company, 2001.

HOPPER, Paul J.; THOMPSON, Sandra A. Transitivity in grammar and discourse. *Language*, vol. 56, n. 2, 1980.

HOPPER, Paul J. Emergent Grammar. In: TOMASELLO, Michael (Ed.). *The new psychology of language: cognitive and functional approaches to language structure*. New Jersey/ London: Lawrence Erlbaum Associates Publishers, 1998.

IGNÁCIO, Sebastião Expedito. *Análise sintática em três dimensões: uma proposta pedagógica*. Franca: Ribeirão Gráfica e Editora, 2003.

ILARI, Rodolfo; BASSO, Renato M. O verbo. In: ILARI, Rodolfo; NEVES, M. H. de M. *Gramática do português culto no Brasil*. Campinas: Unicamp, 2008.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique. *Gramática da língua portuguesa*. 44. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005.

SAID ALI, I. M. *Gramática histórica da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Melhoramentos, 1969.

TESNIÈRE, L. *Elements de syntaxe structurale*. 2. ed. Paris: C. Klincksieck, 1969.

VILELA, Mário. *Gramática de valências: teoria e aplicação*. Coimbra: Almedina, 1992.